

Textos exemplares – ou os desastres da teoria

Maria Antónia Coutinho

FCSH – UNL

1. Da exemplaridade dos textos

Uma parte significativa do trabalho em Linguística do texto parece ter ficado marcada pelos desafios iniciais – como o alargamento do âmbito de análise, da frase ao texto, e a conseqüente necessidade de descrever o texto (por oposição a um não-texto) como sequência organizada de frases.

É verdade que a noção de texto-em situação foi sendo paralelamente enfatizada, nos últimos trinta anos. Em muitos casos, porém, sobrepôs-se a essa perspectiva o esforço disciplinar (e disciplinado) de estabelecer programas de análise estritamente linguística – regressando-se assim, deliberadamente, a uma descrição descontextualizada, frequentemente referida através da fórmula que, ainda em 1990, Adam subscrevia (considerando-a, aliás, “assez communément admise aujourd’hui”¹):

DISCOURS = Texte + Conditions de production

TEXTE = Discours – Conditions de production

Adam 1990:23

Com o final da década de 90 parece ter-se alterado este estado de coisas – verificando-se uma significativa convergência de pontos de vista em autores como François Rastier, Dominique Maingueneau, Jean-Paul Bronckart e, mesmo o próprio Jean-Michel Adam, no que diz respeito:

- à centralidade da noção de **género** (como modelo préestabelecido, ainda que sujeito a variação);
- à pertinência do trabalho de **análise textual** de **textos empíricos**, enquanto acontecimentos singulares.

¹ Cf. Adam 1990:23. A fórmula em questão – que Adam não é o único a utilizar – tem como referência fundamental um artigo de Denis Slakta, datado de 1975, cujo título – “L’ordre du texte” – evoca inequivocamente *L’ordre du discours*, que Foucault publicara em 1971. Com efeito, um dos objectivos de Slakta consiste em distinguir claramente *texto* e *discurso* – definindo o primeiro como “objecto formal abstracto”, e o segundo como “prática social concreta”; *texto* e *discurso* são, deste ponto de vista, determinados em planos diferentes – respectivamente, o da *significância* (“significance”), como “sistema de regras linguísticas formais”, e o da *significação* (“signification”), ou “conjunto de normas sociais concretas” (Slakta 1975:30-31).

As páginas que se seguem pretendem mostrar essa convergência – pondo em destaque a mudança epistemológica que a sustenta. Com uma segunda parte, de análise textual, espera-se exemplificar o rendimento que pode assumir a análise de textos singulares.

A posição que François Rastier vem defendendo, pelo menos desde 1989, com *Sens et textualité* (Rastier 1989), distingue-se claramente da que foi atrás enunciada – resolvendo-se a disjunção dos planos discursivo e textual que exhibe aquela fórmula através do recurso à noção de *gênero*. Estabelece-se assim, na perspectiva deste autor, uma espécie de rede, em que cada noção implica as restantes:

- a noção de *situação de comunicação* dá conta da circunstância de uso da língua, determinada por uma prática social;
- a noção de tipo de *discurso* corresponde a uma prática linguística codificada, associada a um determinado tipo de prática social (por exemplo, o discurso político, jurídico ou médico);
- a noção de *gênero* é entendida como conjunto de prescrições que regulam diferentes possibilidades para um mesmo tipo de discurso, correspondendo à diferenciação de práticas que pode ocorrer no quadro de uma prática social (por exemplo, o resumo de observação, o artigo científico e a carta ao colega, no quadro do discurso médico)²;
- a noção de *texto* corresponde a uma sequência linguística empírica e atestada, inevitavelmente determinada, em termos de produção ou de interpretação, por regulações de gênero, determinado este, por sua vez, por um tipo de discurso.

Que estas noções se impliquem reciprocamente não invalida a importância que parece caber à noção de gênero, susceptível de redefinir questões normalmente entendidas – desde o projecto inicial, de cariz generativista, das gramáticas de texto – em termos de “boa formação textual”:

S'il existe des règles de bonne formation, elles sont relatives aux genres, non à la textualité. (...)

Rastier 1995: 196

Para Jean-Paul Bronckart, os textos são unidades diversas e empíricas de produção verbal oral ou escrita, situada, acabada e autosuficiente, que realizam uma função comunicativa. Mas não é tudo. Na medida em que os textos correspondem a ‘acções de linguagem’, a sua produção mobiliza as representações que o sujeito tem do contexto de acção e o seu conhecimento efectivo de diferentes gêneros – ‘formas

² Confronte-se a definição do glossário: “enre: programme de prescriptions positives et négatives (et de licences) qui règlent la production et l'interprétation des textes. Tout texte relève d'un genre et tout genre, d'un discours. Les genres n'appartiennent pas au système de la langue, au sens strict, mais à d'autres normes sociales.” Rastier 1989:278

comunicativas' elaboradas pela actividade de gerações precedentes e sincronicamente disponíveis, em termos de intertexto, como instrumentos ou modelos que, no dizer de Bronckart, se apresentam aos utentes da língua sob a forma de *nebulosa* (onde coexistem géneros estabilizados e conjuntos de textos sem fronteiras fixas ou nítidas). Qualquer texto se inscreve assim num género, que a avaliação da situação retem como mais adequado, de entre o conjunto de géneros disponíveis (ou de entre as possibilidades identificadas, dado que, pelo carácter fundamentalmente histórico das produções textuais, os géneros de texto se organizam de forma vaga e instável). Tomando ainda em conta, relativamente à diversidade das línguas, a especificidade do sistema linguístico em causa, pode sublinhar-se que a produção textual (enquanto acção de linguagem, nos termos de Bronckart) resulta de um funcionamento em *interface*, articulando o conhecimento da situação, o conhecimento do sistema (maleável) dos géneros de texto e o conhecimento da língua³. É deste processo que resulta o texto empírico, estabelecido por referência a um género de que, simultaneamente, diverge (através, uma vez mais, da avaliação da situação concreta):

Tout texte empirique est le produit d'une action langagière, il en est le pendant, le correspondant verbal ou sémiotique; tout texte empirique est réalisé par emprunt à un genre, et il relève donc lui-même toujours d'un genre; tout texte empirique procède cependant aussi d'une adaptation du genre-modèle aux valeurs attribuées par l'agent à sa situation d'action, et dès lors, outre les caractéristiques communes au genre emprunté, il exhibe également des propriétés singulières, qui définissent son style propre.

Bronckart 1996:111

Para François Rastier – que não hesita em reconhecer os textos como objecto empírico da linguística – o texto é uma sequência linguística empírica e atestada, produzida no quadro de uma determinada prática social (questão a que voltaremos), e produzido num determinado suporte – questão que se sobrepõe hoje à tradicional oposição oral / escrito.

Particularmente significativa – sobretudo por oposição a tomadas de posição anteriores – será a perspectiva agora defendida por Adam (Adam 1997a, 1997b, 1997c, 1999). Em *Linguistique textuelle* (Adam 1999), o autor apresenta uma distinção fundamental entre duas noções: a de *texto*, como objecto abstracto, feito de fenómenos micro e macro linguísticos, objecto das gramáticas de texto ou, em versão mais actualizada, da linguística textual; e a de *textos* como objectos empíricos – que constituem, em cada caso, o resultado singular de uma situação de interacção, e que são objecto, em cada caso, também, de análise textual. A novidade que daqui decorre tem a ver, com o espaço que, em termos de análise textual, se

³“(…) l'agent qui entreprend une action langagière doit nécessairement *mettre en interface* la connaissance de sa situation d'action et celle des genres de textes, tels qu'ils sont indexés dans l'intertexte et tels qu'ils mobilisent les ressources et les préconstruits particuliers d'une langue naturelle.” Cf. Bronckart 1996:110

deixa dedicar ao que é único e singular (afastando-se portanto do princípio ortodoxo de que só há ciência do geral):

L'analyse textuelle – et en particulier l'approche linguistique des textes littéraires – **devrait permettre d'explorer des "régions loin de l'équilibre"**, d'aller jusqu'à Artaud, Hölderlin, Khlenikov, Maïakovski et jusqu'à l'aphasie, comme le fit si admirablement, en son temps, Roman Jakobson, **d'introduire la diversité et la variation dans la description du système complexe et ouvert des langues. Elle devrait inciter le linguiste à faire bouger les notions de langue et de grammaticalité en ne considérant l'invariant que comme un noyau très provisoirement stabilisé.**

Adam 1997:45 (sublinhados meus)

A análise de textos singulares torna-se assim um exercício quase imprescindível, talvez tão necessário como a análise de textos colhidos/integrados num *corpus* homogêneo: uma e outra poderão complementar-se, fornecendo dados significativos quanto às condições de regularidade e de variação. Mas importa sublinhar que, nesta perspectiva, o texto está em análise, isto é, não serve como exemplo a ilustrar a abordagem teórica – não constitui um exemplar (ou amostra) de uma classe de fenómenos, a funcionar como recurso de objectivação e legitimação (Ouellet 1989). Poderá talvez ser tomado como mecanismo de tipificação e problematização, na medida em que aparece como bom exemplar (ou modelo) de um determinado fenómeno (Ouellet 1989). Mas pode também acontecer que o texto em análise dê nova visibilidade a fenómenos (ou classes de fenómenos) – pondo em dúvida (ou em desequilíbrio) estados prévios, e tidos como adquiridos, do saber sobre eles constituído.

2. Questões sobre a anáfora em confronto com um “texto exemplar”

A anáfora, constitui, como se sabe, um processo de construção da referência, a distinguir da referência deíctica⁴: destituído de autonomia referencial, o termo anafórico retoma, total ou parcialmente, a referência de um termo – dito antecedente, independentemente da posição em que ocorre, na linearidade do texto. Esta

⁴ A distinção entre os dois mecanismos sofre ligeiras alterações, de acordo com o tipo de abordagem (cf. Kleiber 1991):

- na abordagem dita textual, a distinção tem a ver com a origem do referente: uma expressão é anafórica se a referência é necessariamente identificada através do contexto linguístico, ao passo que, no caso de uma expressão deíctica, o referente é identificado em função da situação de enunciação;
- na abordagem cognitiva ou memorial a distinção passa pelas condições de acesso ao referente (ou pela saliência do referente): a expressão anafórica retoma um referente já conhecido (ou saliente na situação), enquanto a expressão deíctica introduz um novo referente na memória imediata (*universo do discurso* para Lyons 1977 e 1980, *memória discursiva* para Berrendonner 1983 e Reichler-Beguelin 1988).

formulação, geralmente aceite, evoca toda uma tradição de tratamento da questão anafórica, de que podem destacar-se:

- o tratamento da referência anafórica como fenómeno de coesão textual, nomeadamente em Halliday & Hasan 1976;
- o contributo de Jean Claude Milner (Milner 1982) com a distinção entre referência actual e referência virtual, através das quais se podem objectivar as diferentes possibilidades de retoma do antecedente e as relações entre anáfora e correferência.

No que diz respeito à anáfora nominal, é praticamente consensual a distinção entre retoma estrita (ou fiel), quer com repetição da unidade lexical quer através de hiperónimo ou nome genérico, e anáfora associativa – em que não se verifica correferência, recuperando o termo anaforizante informação não verbalizada mas tida como disponível em função de estereótipos culturais. São exemplos canónicos:

Pierre visita un village. L'église était triste.

(Corblin 1987, retomado em Charolles 1994)

... une altercation... Les adversaires...

(Reichler-Beguelin 1989)

No longo debate que se tem estabelecido em torno da anáfora associativa têm-se oposto duas concepções diferentes:

- uma concepção mais estrita do fenómeno, defendida nomeadamente por Kleiber, segundo a qual o mecanismo anafórico só pode funcionar havendo entre o termo anaforizante e o termo anaforizado uma relação pré-inscrita em língua – através de um traço semântico necessário (“un couteau/la lame”) ou de um nexa da ordem do estereótipo cultural (“un village / l'église”);
- uma concepção mais lata, sustentada por Charolles, Berrendonner e Reichler Beguelin, que entendem a anáfora associativa como uma relação construída discursivamente (não assentando, portanto, pelo menos necessariamente, em relações semânticas prévias); vejam-se os exemplos:

Sophie dormait, le journal était tombé au pied du lit, le cendrier était plein à ras bord.
Sophie dormait, l'avion survolait l'Océan Indien.

Charolles 1994:70

Por outro lado, mostrou-se já que os pronomes podem também, afinal, funcionar como anáforas associativas:

Albert n'est plus guitariste dans l'orchestre du lycée depuis qu'on la lui a volée dans le métro. (Charolles 1994)

When Jane drinks, she usually gets sick and poor Fred has to clean it up (Bosch 1987, retomado em Charolles 1992)

Um dos marcos significativos, que se pode relacionar com a concepção atrás expressa, é o artigo, datado já de 1966, de C. Blanche-Benveniste e A. Chervel (Blanche-Benveniste e Chervel 1966), em que os autores apontavam a dimensão extra-linguística do fenómeno anafórico:

Sera anaphore pour nous tout phénomène de deuxième apparition qui, par mémorisation, est lié à une première apparition dans le contexte. Cette définition peut sembler peu rigoureuse et très psychologique; il en serait difficilement autrement puisque l'anaphore est en grande partie un phénomène extra-linguistique.

Blanche-Benveniste & Chervel 1966:29⁵

Também em Lyons 1977 aparece apontada a possibilidade de ocorrência de pronome sem antecedente:

I was terribly upset to hear the news: I only saw **her** last week (Lyons 1977: 672)

Segundo o autor, exemplos como este mostram que não é necessário que as “entidades” em causa tenham sido mencionadas previamente para que apareçam como salientes no universo de discurso (Lyons 1977:672).

Retomando o exemplo de Lyons, Marie Elizabeth Conte afirmou:

Autrement dit, pour l'interprétation d'un pronom anaphorique, la détermination de l'antécédent peut être non le terme premier, mais le terme second. Ce peut être le pronom qui crée son propre antécédent dans la dynamique textuelle.

Conte 1991:27

Esta é uma das duas concepções, praticamente antinómicas, da resolução dos pronomes, apontadas por Charolles:

Pour les tenants des conceptions que l'on peut dire **standard**, **textualistes** ou encore **localistes**, l'antécédent du pronom doit figurer explicitement dans l'environnement discursif où celui-ci apparaît, alors que pour les partisans des conceptions **mémorielles**, **mentalistes** ou **inférentielles**, la résolution référentielle des pronoms doit être conçue comme un processus consistant à les rattacher non

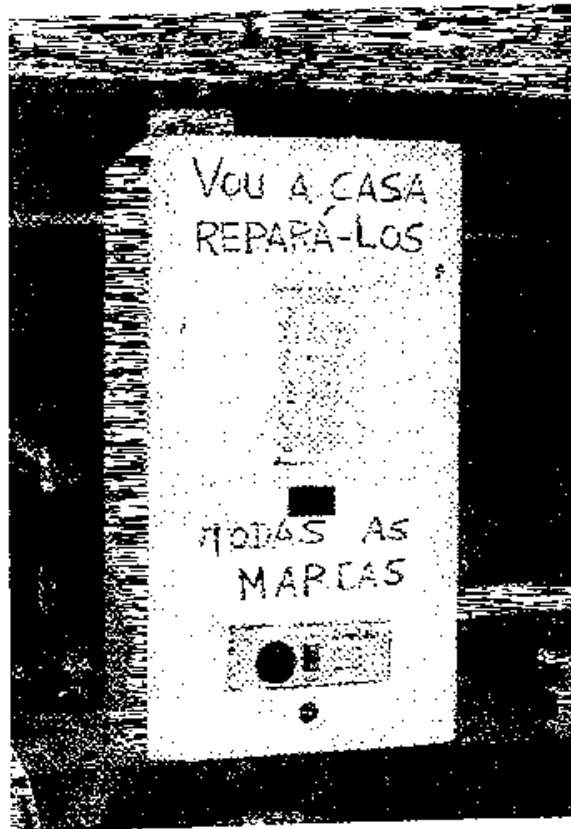
⁵ Optando por considerar no fenómeno anafórico a identidade de um objecto de pensamento, os autores distinguiam anáfora fiel e infiel (respectivamente com ou sem repetição da unidade lexical) e anáfora por associação (em que o objecto de pensamento associado ao segundo termo é implicado pelo do primeiro termo).

pas à des constituants linguistiques présents dans le cotexte, mais à des entités de caractère cognitif construites par l'interprétant au cours du traitement du discours.

Charolles 1992:133

A questão que se pode colocar é a de saber se se trata apenas, efectivamente, de escolher uma de duas concepções diferentes... Por outras palavras: que fazer/dizer, em casos onde ocorre uma forma pronominal – sem autonomia referencial – não ocorrendo linguisticamente na superfície textual o (previsível) antecedente? Assumir-se-á um ponto de vista normativo, dizendo que a anáfora está “mal construída”?

Veja-se o “texto exemplar” – a seguir reproduzido.



Fotografado numa rua de Lisboa, este texto apresenta uma particularidade curiosa: o *medium* que o suporta não é de papel nem electrónico, mas a “carcaça” de um esquentador⁶ – componente obviamente essencial na construção da memória discursiva que permite a resolução do pronome anafórico. Poder-se-á avançar que este funcionamento anafórico é ‘adequado’ ao género em que ocorre – assumindo

⁶ Texto – e respectivo suporte – encontram-se no interior da montra de um pequena loja de reparação de electrodomésticos.

este último, sem grande problematização, como ‘publicidade no local de venda’. Mas é difícil imaginar um texto acadêmico, por exemplo, a abrir com a ocorrência de um pronome sem antecedente linguisticamente expresso (anteposto ou posposto)...

Para além das reservas que podem contrapor-se a uma mera hipótese como esta, o que me parece importante salientar é que o funcionamento anafórico sem antecedente é mais ou menos aceitável em função dos papéis atribuídos aos interlocutores. Nesta perspectiva se enquadram os contributos de Marie-José Reichler Beguelin (Reichler Beguelin 1988, 1989). Se a noção de *memória discursiva* (Reichler Beguelin 1988) é decisiva na concepção memorial, não será menos significativa a percepção de que diferentes modos de recorrer à memória discursiva estão associadas a expectativas, ou pressupostos, também diferentes: segundo a autora, o mecanismo anafórico que dispensa a memória discursiva (e que corresponde a um modelo linear) implica mais custos do ponto de vista da produção (que se supõe fornecer o máximo de informação pertinente, tanto quanto possível sob forma linguística); e menos custos para a interpretação (que tende, sobretudo no caso do texto escrito, sem articulação com as condições de produção, a esperar um máximo de informação explicitada, que permita resolver as anáforas por “encadeamento”). Em última análise, como mostra a autora, a concepção linear da anáfora revela ou assume prioritariamente o ponto de vista de quem interpreta – que quer interpretar com o menor esforço possível:

A mes yeux, il apparait clairement que le modèle linéaire, syntagmatisé, de l'anaphore, contournant le passage par une mémoire discursive, reflète de manière hypertrophiée le point de vue du décodeur, dont il prend en charge a priori les intérêts. Sous-jacent dans la plupart des réflexes normatifs, ce parti pris est aussi reflété par bon nombre de jugements d'acceptabilité proférés par les linguistes.

Reichler-Beguelin 1989:309

Referências bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel, 1990. *Éléments de linguistique textuelle*. Liège: Pierre Mardaga
 1992. *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*, Nathan
 1997a. *Le style dans la langue*. Lausanne-Paris : Delachaux & Niestlé
 1997b. «Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite», *Pratiques* 94, 3-33
 1997c. «Genres, textes, discours : pour une reconception du concept de genre », *Revue belge de philologie et d'histoire* 75, 665-681
 1999. *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan
 BERRENDONNER, Alain. 1983. “Connecteurs pragmatiques et anaphore”, *Cahiers de Linguistique Française* 5, 215-246
 BLANCHE-BENVENISTE, C. e CHERVEL, A. 1966. “Recherches sur le syntagme substantif”, *Cahiers de Lexicologie*, vol. IX-2, 3-37

- CHAROLLES, M. 1992. «La veuve et l'orphelin ou : comment les îlots anaphoriques refont surface », *Recherches Linguistiques XVIII*, 131-174
1994. "Anaphore associative, stéréotype et discours", *Recherches Linguistiques XIX*, 67-92
- CONTE, Marie-Elisabeth. 1991. "Anaphores dans la dynamique textuelle", *Cahiers de Praxématique* 16, 11-13
- HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, Ruqaiya. [1976] 1993¹². *Cohesion in English*, London and New York: Longman
- KLEIBER, G. 1991. "Anaphore-deixis: où en sommes-nous?", *L'information grammaticale* 51, 3-18
- LYONS, J. 1977. *Semantics 2*. Cambridge : Cambridge University Press
- MILNER, J.-C. 1982. *Ordres et raisons de langue*. Paris: Seuil
- OUELLET, Pierre. 1989. "«Par exemple...»: statut cognitif et portée argumentative de l'exemplification dans les sciences du langage" in REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (ed.) 1989: 95-114
- Recherches Linguistiques XVIII*, 1992 – Lexique et inférence(s)
- Recherches Linguistiques XIX*, 1994 – L'anaphore associative
- REICHLER-BEGUELIN, Marie-José
1988. "Anaphore, cataphore et mémoire discursive", *Pratiques* 57, 15-43
1989. "Anaphores, connecteurs et processus inférentiels" in RUBATTEL, Ch. *Modèles du discours*, Berne: Peter Lang, 303-334
- REICHLER-BEGUELIN, Marie-José (ed.)
1989. *Perspectives méthodologiques et épistémologiques dans les sciences du langage*, (Actes du Colloque de Fribourg, 11-12 mars 1988), Berne, Peter Lang